

P01-105: Os desafios e a (não)formação das/os docentes da disciplina educação para sexualidade

Vinicius Mascarenhas dos Passos, vini-mascarenhas@hotmail.com, UESB.

Marcos Lopes de Souza, markuslopesouza@gmail.com, UESB.

RESUMO. Nesta pesquisa objetivamos analisar a (não)formação e os desafios de (ex)docentes da disciplina Educação para Sexualidade (EPS). Esse componente curricular foi implementado, desde 2005, nos anos finais do ensino fundamental das escolas municipais de Jequié, Bahia, Brasil. Essa pesquisa foi realizada com 11 docentes que ministram ou ministraram a disciplina EPS entre 2005 e 2021. Para a construção do material empírico, utilizamos um formulário on-line com questões que versavam sobre a formação acadêmica e a atuação profissional na disciplina EPS. A pesquisa apontou que, frequentemente, as/os docentes formados/as em Ciências Biológicas ministram a EPS. É comum não terem formação para lidar com essas questões. Apesar dos desafios, alguns gostam de lecioná-la.

PALAVRAS-CHAVE. Ensino fundamental, formação docente, sexualidade na escola.

INTRODUÇÃO

Na contemporaneidade, com o fortalecimento dos movimentos conservadores, as discussões sobre gênero e sexualidade têm sido marginalizadas ou excluídas dos currículos escolares. Apesar disso, no município de Jequié, localizado no interior do estado da Bahia-Brasil, resiste a disciplina Educação para Sexualidade (EPS), desde o ano de 2005.

A criação do componente EPS foi possível por meio do artigo 11 e 26 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) 9.394/96 que garantem, respectivamente, a autonomia pedagógica para autorizar, credenciar e supervisionar as escolas e complementar a base comum com uma parte diversificada, de acordo com as características regionais e locais da comunidade (Lei n. 9.394, 1996).

O componente EPS foi criado devido ao aumento dos casos de gravidez e Infecções Sexualmente Transmissíveis entre as/os jovens estudantes do município. Por entenderem que já teriam idade suficiente para discutir sobre essas questões, essa disciplina foi implementada nos anos finais do ensino fundamental e também na Educação de Jovens e Adultos (EJA) (Azevedo & Souza, 2016).

Dessa forma, o objetivo dessa pesquisa é apresentar o perfil formativo de algumas/alguns docentes que ministram ou ministraram a disciplina EPS e discutir os desafios dessa formação para promover a Educação para Sexualidade.

DESENVOLVIMENTO

Essa pesquisa se caracteriza como qualitativa e assumimos as perspectivas pós-crítica e pós-estruturalista (Meyer & Paraíso, 2014). Desenvolvemos esse estudo nas escolas municipais da cidade de Jequié, interior do estado da Bahia-Brasil, com professoras/es que já lecionaram ou lecionam a disciplina EPS desde o ano 2005 até 2021. Sendo assim, aceitaram participar da pesquisa 11 (ex)docentes de 13 escolas distintas. Destacamos que havia docentes que lecionavam em mais de uma escola.

Para a constituição do material empírico, utilizamos um formulário on-line e solicitamos que as(os) participantes respondessem. Este formulário versava sobre seus dados pessoais, formação acadêmica e atuação profissional a respeito, especificamente, do componente curricular EPS. Contudo, nessa pesquisa focalizaremos apenas a formação acadêmica e atuação profissional. Para garantir o anonimato, adotamos nomes fictícios às/aos participantes da pesquisa. As informações dos formulários pessoais foram agrupadas e analisadas com base nos referenciais do campo dos estudos de gênero, sexualidade e educação e também da formação de professoras/es.

Os/As docentes da disciplina EPS e a (não) formação para o trabalho com a questões da sexualidade

No que diz respeito à formação acadêmica, oito docentes (Igor, Tailane, Márcia, Lorena, Paula, Bruna, Rosinha e Mônica) são das áreas de Ciências da Natureza e três (Bárbara, José e Neimara) são de outras áreas. Entre as/os docentes da área de Ciências da Natureza, cinco (Igor, Tailane, Márcia, Rosinha e Mônica) são graduadas/os em Ciências Biológicas.

O fato de ter mais professoras/es formadas/os em Ciências/Biologia atuando na disciplina EPS evidencia que, geralmente, essas/es são as/os profissionais consideradas/os mais capacitadas/os para assumirem esse componente curricular (Azevedo & Souza, 2016).

Essa ideia ganhou força pelo entendimento de que abordar sobre sexualidade é falar, por exemplo, de características anatômicas e fisiológicas do corpo, especialmente, sobre o sistema genital e reprodução humana. Ter docentes de outras áreas ministrando a EPS

contribui para desconstruir a ideia de que as/os professoras/es de Biologia e Ciências são as/os únicas/os que devem assumir a disciplina EPS, embora não os/as desconsideremos (Figueiró, 1996).

Essas/es docentes concluíram seus cursos entre 2002 e 2018, demonstrando uma formação superior recente, nos últimos 19 anos. Além disso, todas/os possuem diplomas de especialistas, evidenciando a continuidade nos estudos após a graduação. Porém, nenhum/a deles/as têm formação complementar na linha de pesquisa dos estudos de gênero e sexualidade ou educação sexual. É importante que as/os docentes da disciplina EPS busquem espaços de formação continuada e, ao mesmo tempo, se dediquem às leituras e aos estudos a fim de que se apropriem do conhecimento relacionado a essa temática, para além do desejo, da afinidade e do interesse pela discussão.

Quando essas discussões são aliadas a uma formação que não possibilita a construção de perspectivas mais críticas, as/os educadoras/es acabam por se apropriar e (re)contextualizar um currículo que, geralmente, ignora, trata com superficialidade ou desconsidera tais discussões, produzindo, frequentemente, conhecimentos equivocados. Além disso, boa parte das/os profissionais da escola tem receio que a abordagem dessa temática seja interpretada negativamente e gere tensões (Santos & Araújo, 2009).

Apesar da falta de formação nas questões envolvendo sexualidade, em uma fala retirada do seu formulário pessoal, Paula relatou que gosta de lecionar a disciplina EPS. Para ela, sua função é orientar, trazer responsabilidades e cuidados com o corpo às/aos discentes, pois, estes/as não recebem uma instrução familiar. Ao entender que a sua função é dizer o que é certo ou errado, Paula evidencia uma regulação moralista da sexualidade, buscando o controle dos corpos, contudo essa docente se contrapõe aos movimentos conservadores que insistem em retirar as discussões da sexualidade do currículo escolar e destiná-la exclusivamente à família.

Paula destacou que a falta dessas informações pode deixar esses/as adolescentes vulneráveis aos diversos tipos de violências, às IST e à gravidez, por exemplo. Contudo, como nos direciona Larrosa (2002), não basta ter informação se nada nos acontecer, se não produzirmos outros sentidos para aquilo que nos atravessa, se não formos afetados e nos transformarmos, sentindo, pensando e agindo de forma diferente.

Aliado a esse posicionamento, apesar dos desafios enfrentados com a disciplina, Bruna entende como uma oportunidade de ajudar as/os discentes, contribuindo para formação

humana. É bastante comum a disciplina EPS ser vista como a que vai salvar os/as discentes desses “problemas”, entretanto, apesar de orientar, a disciplina não tem como garantir isso, tendo em vista que outros fatores influenciam na forma como essas/es discentes vivenciam suas sexualidades. Um aspecto interessante destacado por Bruna é a liberdade metodológica, entendida por nós como a possibilidade de escolher quais conhecimentos, estratégias e materiais didáticos, recursos e avaliações podem ser utilizadas/os pelas/os docentes.

CONSIDERAÇÕES PROVISÓRIAS

A maioria das/os docentes da disciplina EPS é formada em Ciências Biológicas, reiterando que esses/as profissionais são considerados/as aptos/as a assumir as discussões sobre sexualidade. Apesar disso, profissionais de outras áreas têm trabalhado com a EPS. As/Os docentes investigados/as possuem uma formação superior recente. Frequentemente, essas/es professores não tiveram formação para lidar com as questões da sexualidade. Apesar das dificuldades em abordar essas discussões, algumas/alguns gostam de lecioná-la. Reiteramos que, para além do prazer em ministrar a disciplina EPS, é interessante que as/os docentes se aventurem no campo dos estudos da sexualidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Azevedo, S. M. M. M., Souza, M. L. (2016). O ensino da sexualidade em um componente curricular específico: regulações e escapes. *Ensino em Revista*, 23 (2), 367-386. DOI: <http://dx.doi.org/10.14393/ER-v23n2a2016-3>
- Figueiró, M. N. D. (1996). A produção teórica no Brasil sobre Educação Sexual. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, 98, 50-63.
- Larrosa, J. (2002). Notas sobre a experiência e o saber da experiência. *Revista Brasileira de Educação*, Campinas, 19, 20-28.
- Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Recuperado de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm
- Meyer, D. E., Paraíso, M. A. (2014). *Metodologias de pesquisas pós-críticas em educação* (2a ed). Belo Horizonte: Mazza Edições.
- Santos, D. B. C. dos, Araújo, D. C. de. (2009). Sexualidade e gênero: questões introdutórias. In: Paraná. Secretaria de Estado da Educação. *Cadernos Temáticos da Diversidade/Sexualidade* (pp. 13-27). Curitiba: SEED-PR.